

As bases históricas da formação territorial piauiense

Vicente Eudes Lemos Alves *

Resumo

Busca-se, nesse artigo, analisar a formação do território piauiense desde o início de sua ocupação no final do século XVII, quando grupos de aventureiros a procura de índios e de novas terras para a pecuária penetraram na região dos sertões. Após atravessarem o divisor de águas entre os rios São Francisco e Parnaíba, fundaram junto à margem oriental desse último várias fazendas de gado, em terras que viriam a ser posteriormente o Piauí. Tenta-se, assim, avaliar de que maneira a atividade criatória contribuiu para definir as bases históricas do território piauiense, as formas de uso da terra e dos recursos naturais, bem como, os agentes sociais que se envolveram nesse processo.

Palavras-chave: Piauí, povoamento, pecuária, formação territorial, cursos d'água.

Abstract

This article pretends to study the piauiense's territorial formation from its origins since the beginning of its occupation at the end of the seventeenth century, when groups of adventurers looking for indians as well as new lands for cattle raising penetrated the sertões's region. After trespassing the watershed between the rivers São Francisco and Parnaíba, they founded next to the oriental margin of this last one several cattle ranches, in territories that would later constitute the Piauí. It is pretended to evaluate in which way the cattle raising activities helped to define

* Bolsista do CNPq e doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (E-mail: vicenteudeslemos@bol.com.br).

the piauiense's territory's historical basis, its earth's and natural resources use, as well as the social agents involved in this process.

Key words: Piauí, populating, cattle raising, territorial formations, water ways

Devido à crescente ocupação das terras da Zona da Mata nordestina pela agricultura canavieira, praticamente monopolizando-as para a fabricação de açúcar, criou-se a necessidade de se buscar outras áreas para o desenvolvimento daquelas atividades que seriam auxiliares ao funcionamento dos engenhos: gêneros agrícolas alimentares, carne, lenha, couro, animal de tração e de transporte, etc. Tal situação provocou uma expansão portuguesa para além do domínio das unidades de produção de açúcar.

A pecuária que se constituiu na mais importante atividade subsidiária dos engenhos e destes dependentes (Furtado, 1967), tornou-se também a principal desencadeadora do movimento que iria povoar vastas áreas do território brasileiro. Isso se deve ao fato de que desde o seu início adquiriu um caráter itinerante, cujo favorecimento pode ser atribuído: a suas próprias características, não necessitando de grandes investimentos de capital e de pessoal para o seu funcionamento; além disso, existiam grandes extensões de terras disponíveis fora da faixa litorânea com excelentes pastagens. Para ABREU (1969: 159), a prática da pecuária nos sertões do Nordeste apresentava como vantagem o fato de que:

“O gado *vacum* dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal sem tranquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício, fornecia alimentação constante superior aos

mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha (...).”

Esse processo de povoamento do território brasileiro apresentou na região Nordeste, ainda no século XVI, dois centros pioneiros de irradiação: Pernambuco e Bahia (Prado Jr., 1987).

O primeiro deles possui como seu foco de irradiação a cidade de Olinda e de suas cercanias espalhou-se em direção ao Norte acompanhando a faixa litorânea, atingindo as terras da Paraíba, Rio Grande do Norte chegando até a bacia do rio Jaguaribe, no Ceará. Nesta área encontra-se com o outro movimento que sai da Bahia (Prado Jr., 1987). É este último que nos interessa mais diretamente, na medida em que dele resulta o povoamento das terras do Piauí.

É indiscutível que a pecuária teve seu principal foco de irradiação na Bahia, mais precisamente na cidade de Salvador, centro agrícola fundado em 1549 para abrigar a sede do governo geral. Das cercanias desse núcleo urbano partem os primeiros criadores tocando seus gados e instalando currais¹ rumo ao interior do Brasil, em áreas antes somente habitadas pela população nativa. Esse movimento que, deslocando-se de maneira contínua, atinge o curso médio do rio São Francisco ainda na primeira metade do século XVII, onde foram concedidas sesmarias e instaladas várias fazendas de gado. Dali o povoamento segue em direção às chapadas do Araripe e Mangabeiras. Após transpor esses divisores de água do São Francisco-Parnaíba, chega ao lado oriental da bacia do Parnaíba, onde são instalados os primeiros currais, nos principais afluentes daquele rio. É nessa área que vai constituir-se o território piauiense.

¹ No período colonial, curral apresentava uma conotação diferente de fazenda. Era um tipo de estabelecimento pecuarista característico da fase de penetração do gado para o interior do Nordeste, ou seja, possuía um caráter essencialmente itinerante, pois para montar uma fazenda era necessário possuir o título da terra, que somente era adquirido em momentos posteriores à conquista da terra. In: BARBOSA, Tânia M.B. *A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder*. Doutorado, FFLCH-USP, 1993.

A ocupação e formação do território piauiense

A ocupação das terras do Piauí, as quais correspondiam a uma parte da área do “Sertão de Dentro” (Abreu, 1969), ocorreu na segunda metade do século XVII, e se iniciou pela costa leste e sul do território, pelas margens dos rios Piauí, Canindé, Paraim e Gurguéia. Não demorou muito para a atividade criatória atingir também o Parnaíba, ultrapassando rapidamente para o lado ocidental de sua bacia, já em território maranhense. Neste, os currais espalharam-se tanto em direção à montante do Parnaíba, chegando às margens do rio das Balsas e à região de Pastos Bons, quanto o curso médio e jusante daquele rio, de onde segue em direção aos vales dos rios Itapecuru e Mearim. De acordo com ABREU (1969: 158):

“Em 1751 a Capitania [do Maranhão] contava oito freguesias, cinco engenhos de açúcar, duzentas e três fazendas de criar gado, das quais quarenta e quatro em pastos bons e trinta e cinco em aldeias altas.”

O povoamento do território piauiense possui uma relação direta com a expansão e a conquista de terras empreendidas pela Casa Torre, instituição fundada e administrada pela família Ávila, da Bahia, cujo principal objetivo era financiar aventureiros, um misto de apresadores de índios e conquistadores de terras destinadas à pecuária, para que eles desbravassem os Sertões. Após chegar as novas terras, os Ávila requeriam-nas através de sesmarias que normalmente abrangiam, cada uma, extensões de 10 a 12 léguas em quadro. Na impossibilidade de ocupar todas elas, com o plantel de gado possuído pela família, repassavam-nas - geralmente em lotes de uma légua - para aqueles rendeiros que se aventurassem a ocupá-las. Por volta de 1711, escreve ANTONIL (1967: 309) que as terras dos domínios dos sertões da Bahia pertenciam apenas a dois grupos familiares, sendo a maior parte delas repassadas a terceiros através de arrendamento:

“Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de

campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nasença do rio das velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte dos que arrendam sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de fôro.”

Um dos rendeiros da família Ávila era o bandeirante português Domingos Afonso Mafrense ou Sertão, o qual liderou uma das frentes de penetração nos Sertões do Piauí, tornando-se um dos primeiros colonizadores daquelas terras². No início da década de 1670 instalou-se Mafrense no vale do rio Canindé e dali expandiu-se para metade do que viria a ser o território piauiense, onde funda, principalmente nas margens dos rios Canindé e Piauí, cerca de 30 fazendas de gado, a maioria delas confiadas à administração de vaqueiros.³ Nasce daí o germe do povoamento piauiense, que apresentava na atividade criatória o modelo dominante de ocupação daquele território (Mott, 1985).

Ao mesmo tempo em que Mafrense juntamente com seus sócios, dentre eles o seu próprio irmão, Julião Afonso, desbravavam os vales dos rios Canindé e Piauí, onde obtinham sesmarias, os também irmãos Francisco Dias Ávila e Bernardo

² Alguns registros históricos apontam que nesse mesmo momento ou um pouco antes da chegada de Mafrense ao Piauí, já havia penetrado naquelas terras um grupo liderado pelo bandeirante paulista, Domingos Jorge Velho, cujo destino era o Quilombo dos Palmares. Tal bandeirante e seu grupo também requereram sesmarias em território piauiense. In: NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí*. 2ª ed., Teresina: COMEPI, 1983. p. 16

³ Ao morrer, em 1711, Domingos Afonso Mafrense possuía em solos piauienses, entre fazendas, sítios e roças, cerca de 1.206.612 hectares de terra. In: NUNESCO. *Pesquisas Para a História do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial do Estado do Piauí, 1966, vol.I, p.174.

Pereira Gago, herdeiros diretos da Casa da Torre requeriam junto ao governo de Pernambuco várias outras sesmarias com aproximadamente dez léguas em quadro. Estas se estendiam desde as cabeceiras do rio Gurguéia até ao rio Parnaíba, cuja área ficou conhecida como sertão do Parnaguá, pertencente, nesse momento, à Capitania de Pernambuco (Sobrinho, 1977). O grupo dos Mafrense e o dos Ávila foram os primeiros a serem outorgados com títulos de terras no Piauí, propriedades que, se somadas as suas extensões, correspondiam à quase totalidade daquele território. Esses grupos passaram, desde então, a empreender em suas possessões uma administração com extremo autoritarismo; poucos eram aqueles que ousavam a desafiar o poder de tais famílias em seus respectivos domínios. Referindo-se aos Mafrense e aos Ávila e os seus métodos de justiça impostos aos moradores do Piauí, diz NUNES (1983: 20):

“Mais tarde, Domingos Afonso Serra, sobrinho de Sertão [Mafrense], à testa de escravos e índios, força o padre Carvalho a abandonar a freguesia [da Mocha], arrasa as casas que o cura fundara para acomodar os paroquianos, quando na época das festas religiosas. Ascenso Gago, em sua carta ânua de 25 de julho de 1697, relatando as intimidações dos Ávila, também informa: 'porém tudo se pode crer dos que em este Sertão tão distante, fora das justiças e governadores, e tão esquecidos de Deus (Viera também dissera: largados de deus e do mundo), vivem à lei da vontade, sem obedecer a outra alguma, mas que a casa da Torre, de que dependem'.”

Conforme os primeiros relatos da capitania do Piauí, não se pode atribuir a conquista daquelas terras a um seletivo grupo de desbravadores, associados à Casa da Torre. Na realidade, tal feito é de quase inteira responsabilidade de pessoas anônimas, especialmente arrendatários e vaqueiros que, correndo riscos de suas vidas, adentram nos sertões em busca de novas terras, as quais posteriormente eram repassadas aos seus tradicionais donatários, ficando em prejuízo os verdadeiros conquistadores. Sobre essa questão diz PORTO (1974: 62):

“A concessão de sesmarias acompanhava passo a passo à marcha da conquista. Mal se divulgava o desbravamento de uma faixa de terra, acudiam pressurosos requerentes, armados de recomendações. Evidentemente, nenhum desses magnatas pensaria em participar do árduo trabalho de povoamento, todo ele entregue ao posseiro anônimo, de passo vacilante, que penetrava os sertões e enfrentava os perigos. De fato, na história da colonização do Piauí é insignificante o número de doações feitas aos verdadeiros povoadores, o que atesta o poder e a força dos sesmeiros.”

Poucos eram os donos de terras que participavam efetivamente do povoamento do território piauiense. O próprio Mafrense que era, na Bahia, arrendatário da família Ávila, mas chega no Piauí já na condição de sesmeiro não permaneceu ali por muito tempo. Após assegurar o título das terras e disseminar fazendas de gado em área piauiense, retorna à Bahia, onde fixa residência em Salvador. As ditas fazendas foram arrendadas ou administradas por vaqueiros. O absenteísmo dos proprietários das fazendas constituiu-se em uma prática comum no povoamento do Piauí. Os relatos do padre Miguel Coutinho apontam que naquele ano havia 129 fazendas, porém poucas eram as que recebiam administração direta de seus donos, a maioria delas estavam sob responsabilidade de vaqueiros (Mott, 1985: 98). Essa característica, no entanto, não se restringiu somente ao Piauí, mas se estendia a todo o Sertão Nordestino, onde predominava a atividade criatória. Tal situação foi constatada por SPIX & MARTIUS (1938), no início do século XIX, quando passavam pelo Sertão da Bahia:

“Os proprietários dessas grandes fazendas raramente moram no Sertão. Gastam as rendas em distritos mais populosos, muitas vezes com luxo incrível, deixando a fiscalização a um mulato (...)”

A ausência de proprietários de terras no povoamento piauiense pode ser explicada pelas precárias condições de vida que apresentavam aqueles sertões, onde faltava de tudo. O isolamento era o que predominava, tendo em vista que as comunicações com centros urbanos do litoral eram quase inexistentes. Até mesmo o

contato com outras fazendas do Piauí tornava-se muito difícil dado as grandes distâncias entre elas, as quais normalmente ultrapassavam a duas léguas. Acrescenta-se a isso, os perigos constantes que corriam os povoadores com ataques dos índios, considerados os mais

“bravos, valentes e guerreiros entre os quais se acham alguns que se governam com alguma rústica política, tendo entre si rei chamando os seus distritos de reinos, como são os Rodeleiros que se contam com sete reinos, e são tão guerreiros que até agora não foram ofendidos nem de dentro eles se tem apanhado língua sendo muitas vezes acometidos por grandes tropas de Paulistas (...).”⁴

O padre Miguel Coutinho deixa também as seguintes impressões sobre a vida dos habitantes daquelas terras (Ennes, 1938: 389):

“(...) comem estes homens só carne de vaca com laticínios e algum mel que tiram pelos paus, a carne ordinariamente se come assada, porque não há panelas em que se cozinha, bebem água de poços e lagoas, sempre turva e muito assalitrada. Os ares são muito groços e pouco sadios, desta sorte vivem estes miseráveis homens vestindo couros e parecendo tapuyas.”

Esse caráter rústico, extensivo e disperso contribuía para o isolamento da população piauiense, cuja vida se resumia ao trabalho dentro das fazendas, sem muita comunicação com o mundo exterior. Frequentemente o contato com o mundo fora das fazendas somente ocorria quando passavam por ali os transportadores das boiadas; eram eles que levavam e traziam notícias de outras áreas.

Tal situação teve como conseqüência à quase ausência de núcleos urbanos nos anos iniciais do povoamento daquela área. Somente no final do século XVII surge a primeira povoação no Piauí, a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, elevada à categoria de vila na segunda década do século XVIII. A vila da Mocha,

⁴ Pe. Miguel Coutinho. Descrição... In: ENNES, E. *As guerras...* 1938: 370.

como foi batizada, localizava-se em terras de uma das fazendas de Mafrense, às margens do rio Piauí. É ela que (mais tarde, quando o Piauí torna-se uma capitania autônoma) vai transformar-se na sede do governo, recebendo o nome de Oeiras. A pouca urbanização, no entanto, que caracterizava o povoamento do Piauí não resultava da falta de população, pois esta havia em número considerável, mas do fato dos habitantes permanecerem nas fazendas, poucos optando pela vida nas cidades, como ressalta NUNES (1983: 155):

“A capitania do Piauí é falta de povoações formadas, não há falta de povoadores, que moram e vivem dispersos em suas fazendas de gados, as quais requerem para sua boa criação grande extensão de terras. De sorte que se os seus moradores se unissem em povos, bastariam para formar várias cidades e vilas.”

A baixa urbanização do Piauí se manteve mesmo com o avanço do povoamento. Aproximadamente 80 anos após a chegada dos primeiros portugueses àquela área, os núcleos urbanos ainda não passavam de pequenas povoações de população flutuante, como constata o vigário da vila da Mocha, Antônio Luiz Coutinho, em meados do século XVIII:

“Acha-se situada esta freguesia de Nossa Senhora da Vitória no centro do sertão do Piauí; não tem outra povoação, vila ou lugar mais que a vila da Mocha, que consta de 60 moradores, pouco mais ou menos, e pouco ou nenhuns permanentes, por serem os mais deles solteiros, e se hoje se acham nela, amanhã fazem viagem e o que avulta nela são os oficiais de justiça. Tem circunvizinhos alguns moradores na distância de 1 légua, que tratam de algumas pequenas roças de mandiocas, milhos, arrozes, que nem a terra admite agricultura abundante por mui seca no tempo do verão e não haver com que regar, e por serem muitas as enxurradas no tempo do inverno. Como a maior parte dos fregueses são criadores de gado vacum e cavalari e não podem comodamente morar junto da vila se acham

dispersos por vários riachos, morando com suas famílias para com comodidade tratarem da criação de seus gados.”⁵

Tal característica foi presenciada também por vários viajantes que passaram pela capitania no século XIX, confirmando que esse caráter dispersivo e de população ausente dos núcleos urbanos foi uma das marcas do povoamento do Piauí. Como se verifica nas impressões deixadas por SPIX & MARTIUS (1938: 263), que motivados pelo que ocorria no Piauí dizem: “(...) *Talvez não exista país algum, opulento de dons naturais, com tão poucas casas de moradia como aqui.*”

O viajante inglês GEORGE GARDNER (1975: 139) também deixa, em 1839, suas constatações a respeito da vila de Parnaguá, principal povoação, nesse período, do Sul do Piauí:

“A vila, situada na parte oriental de grande lagoa, contém, ao todo, uma centena de casas, das quais apenas metade são habitadas, pertencendo as demais aos fazendeiros que as ocupam só nos dias de festas(...).”

Ao mesmo tempo em que se observa, durante um longo período da história do Piauí, a pouca importância dos núcleos urbanos, pois congregavam uma parcela muito pequena da população piauiense, verifica-se também que a instalação destes ocorria de maneira bastante irregular pelo território piauiense, o que pode ser estendido para toda a população daquela área. A explicação para tal fenômeno reside, além das questões apontadas aqui, em um outro fator, de fundamental relevância, pois foi o direcionador da ocupação dos sertões nordestinos, qual seja, a água. Esse precioso líquido constituiu o mais importante fio condutor do povoamento do Piauí. Em torno dele vão se definir certas características da formação territorial piauiense, e em cujas marcas permanecem ainda nos dias de hoje, na medida em que uma

⁵ Relação da freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Vila da Mocha, do sertão do Piauí, do bispado do Maranhão, pelo vigário Antônio Luiz Coutinho, 11 de abril de 1757 (fl.502/510). In: MOTT, L.R.B. Piauí colonial... 1985: 46.

parcela significativa do povo piauiense ainda organiza seu espaço de morada e de trabalho nos fundos de vales úmidos.

Os cursos d'água tornam-se a referência para a fixação do homem à terra no Piauí; foi nas proximidades deles que se instalaram os sítios, as fazendas de gado e a maioria das aglomerações urbanas. Nesse sentido, os cursos d'água vão empreender o movimento da vida do povo piauiense. Referindo-se a importância da água na condução do povoamento dos sertões nordestinos, diz PRADO JR. (1985: 67):

“(...) Os fatores naturais, em particular a ocorrência da água, tão preciosa neste território semi-árido, têm aí um papel relevante. É sobretudo na margem dos poucos rios perenes que se condensa a vida humana. No São Francisco, nos rios do Piauí, e do alto Maranhão. Intercalam estas regiões mais favorecidas extensos desertos a que somente as vias de comunicação emprestam alguma vida. (...) As “cacimbas” (poços d'água) congregam quase todo o resto do povoamento; assim, onde o lençol de águas subterrâneas é mais permanente e resiste mais às secas prolongadas, bem como onde ele é mais acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população local, o povoamento se adensa. “Olho d'água” é uma designação que aparece freqüentemente na toponímia do interior nordestino: a atração do líquido é evidente.”

Os cursos fluviais desempenharam também um relevante papel como locais de referência para requerimentos de terras no Piauí. Era uma prática comum, desde os primeiros povoadores, instalar-se ou solicitar doações de terras ao longo dos principais rios perenes. Mesmo posteriormente, quando em 1753, o rei de Portugal reduziu o tamanho das sesmarias, que passam a ser concedidas com três léguas de comprimento e uma de largura, costumava-se utilizar a área que correspondia à largura partindo do curso de um rio ou riacho, de onde eram traçados os limites da data de terra. Em 1697, o padre Miguel Coutinho faz as seguintes considerações sobre a localização das fazendas de gado no Piauí (Ennes, 1938: 389)

“Tem o Sertão do Piauí pertencente a nova matriz de N.S. da Vitória quatro rios correntes; vinte riachos, cinco riachinhos, dois olhos d'água e duas lagoas, a beira dos quais estão 129 fazendas de gado (...)”

Mesmo a organização espacial de uma fazenda de gado piauiense obedecia como primeiro critério à presença de água; era nas proximidades dela que se instalavam a sede da fazenda, os currais⁶ e muitos dos equipamentos necessários na lida com o gado. Media-se, ainda, o valor de um sítio ou de uma fazenda pela distribuição e disponibilidade de água neles encontrada. Segundo relatou PEREIRA D'ALENCASTRO em 1857 (in: Mott, 1985: 63)

“As fazendas de gado *vacum* estão situadas sobretudo nas fraldas de vários olhos d'água que delas nascem. Para que no sertão uma fazenda mereça o nome de boa, deve ser primeiro bem provida de água, porque sendo o Piauí sujeito a secas, como todos os altos sertões do Brasil, as fazendas com faltas de água são as primeiras que ficam despovoadas de seus gados.”

O domínio da pecuária

A ocupação do território piauiense resultou da expansão da pecuária, que ali encontrou várias condições favoráveis ao seu desenvolvimento, melhores do que havia nos sertões da Bahia. Destacam-se nas terras piauienses, dentre outras: a) a disponibilidade de terras, que foram repartidas em grandes propriedades, quase todas elas servidas de cursos d'água e pastagens naturais permanentes; b) chuvas mais abundantes e com melhor distribuição; c) as facilidades de instalações das fazendas para as quais despendiam poucos esforços, não somente de equipamentos, mas também de recursos humanos, na medida em

⁶ Nesse momento currais já apresentam uma outra conotação, como local cercado destinado ao confinamento do gado por um intervalo curto de tempo.

que com um número reduzido de pessoas era possível colocar em funcionamento uma fazenda de criação de gado.

Sobre a instalação das fazendas no Piauí, observa um dos primeiros viajantes que passou por ali no século XVIII (Nunes, 1983: 06)

“Não há neles aquele horroroso trabalho de deitar grossas matas abaixo, e romper as terras à força do braço! Neles pouco se muda na superfície da terra; tudo se conserva quase no seu primeiro estado. Levanta-se uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos uns currais e introduzidos os gados, estão povoadas três léguas de terra, e estabelecida uma fazenda.”

Apresentava-se, assim, o Piauí como uma área de grande potencial para a prática da pecuária, o que de fato se confirmou ao longo do povoamento, pois teve nessa atividade econômica seu principal suporte, e em torno dela passa a movimentar toda a dinâmica da vida daquela população. A grande proliferação das fazendas de gado pelo Piauí⁷ permitiu que tal capitania se tornasse, no século XVIII, uma das mais importantes zonas produtoras de gado vacum e cavalariço do Brasil. Os rebanhos eram enviados, a princípio, para Pernambuco e Bahia, os primeiros mercados consumidores da pecuária piauiense. Como as fazendas de gado disseminaram-se por todo o território piauiense, os rebanhos destinados aqueles centros consumidores saíam de duas áreas distintas do Piauí, definidas de acordo as distâncias e as condições naturais⁸ que era preciso enfrentar para levar o gado ao seu destino. Neste caso, as fazendas localizadas nas margens dos rios Piauí, Canindé, Parnaíba (no curso médio e na sua jusante) e Apodi destinavam-se ao mercado de Pernambuco, enquanto que aquelas

⁷ Enquanto que em 1697 havia 129 fazendas de gado instaladas no Piauí, em 1772 esse número já era de 578 fazendas. In: MOTT, L.R.B. Piauí colonial... 1985: 57.

⁸ Na maioria das vezes, era necessário percorrer mais de mil quilômetros atravessando caminhos difíceis de serem transpostos, principalmente pela falta d'água.

localizadas nos cerrados do Sul do Piauí, destinavam-se ao de Salvador, como sugere os registros deixados por ANTONIL (1967: 308), no início do século XVIII:

“Os currais desta parte [...rio de cabaços, o rio de São Miguel, as duas lagoas com o rio do Posto do Calvo, o do Paraíba, o dos cariris, o do Açú, o do Apodi, o de Jaguaribe, o das Piranhas, o Pajeú, o Jacaré, o Canindé, o de Parnaíba, o das Pedras, o dos Camarões e o Piauí] hão de passar de oitocentos, e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas e para o fornecimento das fábricas dos engenhos, desde o rio São Francisco até o rio Grande.” Enquanto que “(...) tirando os que acima estão nomeados, desde o Piauí até a barra de Iguaçu, e de Parnaguá e rio Preto, porque as boiadas destes rios vão quase todas para a Bahia, por lhes ficar melhor caminho pelas jacobinas, por onde passam e descansam.”

Apesar das grandes distâncias percorridas e da perda significativa do rebanho durante o transporte⁹, a pecuária era uma atividade bastante lucrativa para os fazendeiros piauienses, o que justificou a rápida proliferação de fazenda de gado por todo aquele território. Mesmo tendo de pagar um quarto da criação ao vaqueiro, ao dízimo e computados os prejuízos ocasionados pelas doenças, poucas eram as atividades que superavam a renda obtida na pecuária.

À medida que crescia o número de fazendas de gado no Piauí, expandiam-se também os mercados para onde se destinavam os seus rebanhos. No século XVIII, eles abasteciam não somente os já citados mercados de Pernambuco e Bahia, mas eram mandados para os do Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O volume comercializado pela pecuária piauiense atingiu cifras significativas; na segunda década do referido século, por exemplo, somente a cidade de

⁹ Em períodos de estiagens prolongadas chegava-se a perder, em média, no deslocamento das boiadas da área de origem até o seu destino, cerca de 50% das reses. In: SPIX & MARTIUS, 1938.

Belém, no Pará, comprava, anualmente, do Piauí, cerca de 28.000 a 30.000 cabeças de gado (Barbosa, 1993: 15).

Assim como a economia, toda a organização sócio-espacial do Piauí, definia-se de acordo com a atividade criatória. Poucos eram aqueles que, no início do povoamento, praticavam a agricultura, atividade considerada secundária pelos piauienses e por muitos desprezada. Acrescenta-se a isso, o fato de que quase não havia terras destinadas ao cultivo, pois aquelas que apresentavam aptidão para tal eram ocupadas inteiramente para a pastagem do gado. Desenvolveu-se, dessa maneira, uma sociedade cujo modo de vida associava-se à dinâmica da pecuária. Dos hábitos alimentares à cultura material, praticamente todos recebiam influência da atividade pastoril. O consumo de carne e leite, por exemplo, não era um privilégio dos mais abastados, mas um costume diário da grande maioria dos piauienses, e que, por vezes, constituía a base alimentar daquela população. Como fica claro nos registros deixados sobre os hábitos da alimentação dos piauienses no período colonial (Gardner, 1975: 118): “(...) *Porque é costume abater o ano todo, diariamente, um boi gordo para o uso do proprietário e da gente da fazenda (...).*”

O mesmo ocorria em relação ao couro, utilizado em várias situações do cotidiano da sociedade piauiense: vestimentas, utensílios domésticos, equipamentos auxiliares na lida com o gado etc. A sociedade do Piauí colonial, assim como todas aquelas dos sertões, sob domínio da pecuária, vivia a cultura do couro, como esclarece ABREU (1969: 162):

“(...) De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os pastos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas da faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para o cortume ou para apurar o sal; para os açudes, o material de atêrro era levado em couro puxado por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.”

O fato de a pecuária predominar no Piauí, onde, em um curto intervalo de tempo, foram construídas fazendas com grandes plantéis de gado, com os quais ocupava-se a maioria da população, contribuiu para que se tornassem comuns e de fácil acesso a todos os produtos dela derivados, conseqüentemente esses apresentavam baixos preços. Tal situação provocava uma disparidade nas trocas por outros produtos sem a mesma freqüência no Piauí. As palavras de MOTT (1985: 68) são esclarecedoras a esse respeito:

“(…) Entre 1752-1754, uma arroba de carne de vaca custava no Piauí \$ 200 réis, ou seja, aproximadamente \$ 0,13 réis por quilo. Três ovos de galinha custavam pouco mais do que um quilo de carne, com o valor que se pagava a um queijo flamengo ou a um chapéu muito ordinário, podia-se comprar o equivalente a 73 quilos de carne bovina. Um par de meias de seda ordinária valia o exorbitante preço de 4 \$ 000, ou seja, quase a mesma quantia que se pagaria por dois bois dos mais gordos e mais corpulentos. Por volta de 1764, vemos que pelo preço de uma vaca gorda e grande podia-se comprar 5 galinhas, ou 5 patos, ou 2 perus ou 3 frascos de aguardente comum. Se se tratasse de aguardente de boa qualidade, trocava-se 2 vacas das melhores, por 2 frascos e meio de tal bebida. Dois freios de cavalo ou dois pares de esporas valiam mais do que um boiote. Era preciso o equivalente ao valor de duas vacas das melhores para se mandar fazer uma porta de uma casa, vindo acompanhada de seu portal (batente). Em se tratando da confecção de um vestido, caso o tecido fosse ordinário, o oficial alfaiate cobrava o equivalente a duas vacas; caso fosse um vestido de veludo, ou de seda, aí então seu feitio representava o tanto quanto valiam 3 vacas das melhores. Um par de botas custava mais do que duas vacas inferiores.”

A configuração espacial do Piauí possui também uma estreita relação com a dinâmica empreendida pela atividade criatória. Isso fica constatado não somente nos limites territoriais que adquire o Estado hoje, apresentando alargamento no interior e

afunilamento à medida que se aproxima do litoral,¹⁰ mas também na sua organização espacial interna na qual as fazendas de gado definiram uma lógica caracterizada pelo predomínio das grandes propriedades fundiárias, dispersão da população, rusticidade no uso das técnicas, utilização de pouca mão-de-obra e aproveitamento das pastagens naturais.

As pastagens naturais representaram um fator de suma importância para o sucesso da atividade criatória no Piauí. Elas espalhavam-se por vastos domínios daquela capitania, podendo ser consumidas praticamente o ano todo. Neste caso, nas épocas chuvosas mantinha-se o gado nas pastagens localizadas nas proximidades dos principais cursos fluviais, enquanto que nas estiagens, soltava-o nas pastagens das chapadas ou nas dos gerais, como são conhecidos no Piauí os platôs de maior elevação altimétrica. Encontravam-se duas categorias de pastagens: as do agreste e as de capim mimoso. Estas últimas apresentavam melhor qualidade proporcionando maior rendimento do rebanho, como se verifica na citação a seguir de PREIRA D'ALENCASTRO (in: Mott, 1985: 63)

“Nas fazendas de pastos agreste, 300 vacas produzem 130 bezerros, sendo que as que parem em um ano, descansam o ano seguinte; nas fazendas chamadas de mimoso, em que o pasto é bastante suculento, 300 vacas produzem 250 bezerros anualmente, isto é, sem interrupção. O que se diz acerca do gado *vacum* é extensivo ao cavalari.”

A pecuária foi responsável, ainda, pelo surgimento de várias freguesias e vilas no Piauí. Muitas delas formaram-se ao longo dos caminhos percorridos pelos tangedores de boiadas, que as levavam para os centros consumidores. Nessas áreas permaneciam alguns moradores, comumente lavradores, que sobreviviam de suas pequenas roças, onde plantavam para subsistência, e os excedentes comercializavam com os viajantes que passavam pelo local.

¹⁰ Inclusive essa última parte não pertencia ao Piauí, somente mais tarde, no século XIX, ela foi adquirida, através de troca pela área de Crateús, junto ao Ceará.

Instalavam-se ali também os prestadores de serviços ao gado e aos seus transportadores, ou às vezes, pequenos fazendeiros que se sustentavam do comércio de reses: compravam aquelas em péssimas condições, estropiadas pelas longas e estafantes viagens, recuperavam-nas e revendiam ou trocavam por outras junto aos que atravessavam os caminhos dos sertões.

“E assim se iam povoando os sertões de gente e de novas fazendas, num itinerário doloroso e temerário, porém edificante” (Nunes, 1983: 35).

A decadência da pecuária e a crise da economia piauiense

A partir da segunda metade do século XVIII a atividade criatória piauiense manifesta os primeiros sinais de declínio, adquirindo crise profunda no século seguinte. As fazendas de gado, que até então proliferavam pela província, conformando o mais importante suporte de sua economia, já não apresentavam o mesmo dinamismo de tempos anteriores, quando foram responsáveis pelo abastecimento dos centros urbanos do litoral e das Minas Gerais.

As causas de tal declínio relacionam-se tanto à maneira como se organizava estruturalmente a atividade criatória na província, quanto à conjuntura em que viviam, naquele momento, as regiões compradoras dos rebanhos piauienses.

A estrutura interna da economia piauiense pode ser apontada como uma das vertentes responsáveis pelo aprofundamento da crise de sua pecuária, na medida em que o modelo adotado ali pelos fazendeiros baseava-se numa atividade criatória de exploração extensiva e em grandes latifúndios, com centros urbanos com pouca importância e dispersos pelo território. Além disso, o comércio dentro da capitania ocorria de maneira precária, as transações comerciais estabelecidas eram em grande parte concretizadas fora dos limites de seu território, vendia-se o gado e compravam-se mercadorias em outros centros, caracterizando, assim, uma dependência do mercado externo. Acrescenta-se ainda o fato de que raros eram os investimentos realizados numa fazenda; tudo se dava quase ao natural: havia apenas nela casas simples, uns

cercados que se chamavam de currais e alguns instrumentos rudimentares na lida com o gado; as pastagens utilizadas eram, comumente, naturais, necessitando apenas realizar pequenas queimadas em determinadas épocas do ano, para que crescessem com melhor qualidade e de forma mais abundante, e quando elas se escasseavam mudava-se o gado para outras áreas; poucas eram as fazendas que recebiam cercamento, o que favorecia a circulação do gado por vastas áreas, muitas vezes para fora dos próprios limites da fazenda, não havendo nenhum impedimento, já que nas concessões das sesmarias era obrigatório por lei deixar uma légua de área livre entre duas datas de terra.

Raros eram aqueles fazendeiros que investiam em empreendimentos industriais mais sofisticados, ou em novas técnicas de beneficiamento da pecuária. Os processos adotados eram sobremaneira simples e de forma rudimentar. Este foi um fator importante que contribuiu para a fragilidade da atividade criatória no Piauí, superada facilmente no momento em que surgiram outras áreas que entraram na concorrência pelo mercado das minas, como é o caso do Rio Grande do Sul. Não que nesta área houvesse uma indústria ligada à pecuária com técnicas mais aprimoradas, mas as condições naturais eram muito mais favoráveis (Prado Jr., 1985: 98), o que conseqüentemente obtinha vantagem sobre a pecuária nordestina, particularmente a piauiense.

A pecuária piauiense, entretanto, logrou, durante longo período, manter a dianteira no fornecimento de seus rebanhos para as principais praças da colônia, mesmo ela apresentando deficiência em seu processamento industrial e tendo que vender sua principal mercadoria em feiras longínquas, onde o gado chegava cansado e magro, além de um preço mais elevado em razão dos custos dos transportes.

A segunda metade do século XVIII é marcada também por uma conjuntura externa desfavorável à pecuária piauiense, o que contribuía para ampliar a crise de sua economia. Verifica-se, por exemplo, que as tradicionais regiões consumidoras do gado do Piauí já não dispunham do mesmo desempenho econômico de anos

anteriores, ou, ainda, podiam contar com os produtos da pecuária de outros centros.

Pode-se incluir na primeira situação a Zona da Mata Nordestina, onde os engenhos de açúcar já estavam em franca decadência, em função da concorrência do açúcar produzido nas Antilhas, pela Inglaterra e Holanda, e dos interesses dos portugueses voltarem-se para as regiões de produção de minérios. Reduzia-se, assim, na zona de predomínio dos engenhos, a demanda pela pecuária, não somente da carne e do couro, mas também de animais de tração e transporte, essenciais no funcionamento dos engenhos. O prejuízo dessa crise recaía, principalmente, sobre o rebanho piauiense, na medida em que este necessitava percorrer maiores distâncias até o litoral, levando assim desvantagem em relação à pecuária do Agreste.

A segunda situação verifica-se, dentre outras, nas regiões das Minas Gerais, que passam a representar, nesse momento, o mais importante centro econômico da colônia e que desde o início de suas atividades tinha na pecuária sertaneja, incluída aqui principalmente a piauiense, o principal fornecedor de charque, couro e animais vivos. Destaca-se, entretanto, a participação de outras áreas fornecedoras de rebanhos bovinos e cavalares, com destaque para as províncias do Maranhão¹¹ e, principalmente, do Rio Grande do Sul. No que se refere a esta última, logo se tornara a mais importante fornecedora de gado para as regiões das Minas, cujos rebanhos chegavam ali em melhores estados. A pecuária sulista foi responsável pela ampliação da crise da atividade criatória piauiense. As causas responsáveis pelo declínio da pecuária dos sertões são apontadas nas seguintes palavras de PRADO JR. (1987: 68):

“Em meados do século XVIII o sertão do Nordeste alcança o apogeu do seu desenvolvimento. O gado nele produzido

¹¹ A província do Maranhão, principalmente a área de cultura algodoeira, deixa não somente de consumir produtos da pecuária piauiense, mas transforma-se também em um dos seus mais importantes concorrentes nordestinos nas regiões das Minas.

abastece, sem concorrência todos os centros populosos do litoral, desde o Maranhão até à Bahia. O gado é conduzido através de grandes distâncias em manadas de centenas de animais. Cruzando regiões inóspitas, onde até a água é escassa e não raro inexistentes (contentando-se então os homens e os animais com as reservas líquidas de certas plantas hidrófilas), o gado chega naturalmente estropiado a seu destino. A carne que produz, além de pouca, é de má qualidade. Assim, somente a falta de outras fontes de abastecimento alimentar explica a utilização para isto de tão afastadas e desfavoráveis regiões. Em fins do século elas sofrerão golpes ainda mais severos. As secas prolongadas, que sempre foram aí periódicas se multiplicam e estendem ainda mais, dizimando consideravelmente os rebanhos que se tornarão de todo incapazes de satisfazerem às necessidades de seus mercados consumidores. Serão substituídos pela carne-seca importada do Sul da colônia.”

Mesmo em crise, a pecuária piauiense continuou como principal atividade econômica do Piauí até meados do século XIX, portanto cem anos depois dos primeiros sinais de decadência. No entanto, essa atividade vai se reduzindo cada vez mais a um mercado localizado na própria província ou, quando muito, nos limítrofes, reproduzindo as mesmas condições logísticas que se verificaram em momentos passados. A não modernização do quadro de sua economia e a sempre dependência de mercados externos (dentro ou fora do Brasil), verificada ao longo dos anos, contribuíram para que o Estado do Piauí se tornasse atualmente numa das mais pobres unidades da federação.

Referências bibliográficas

- ABREU, J. Capristano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. , 5^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.
- ANDRADE, Manoel C. de. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec-IPESPE, 1995.
- ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). **Cultura e Opulência do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967.

- BARBOSA, Tânia M.B. “A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder”. **Tese de Doutorado**, Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas – Universidade de São Paulo, 1993.
- ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares: Subsídios para a sua História**. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1938.
- FALCI, Miridan B.K. **Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e relações Sociais**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.
- GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
- LIMA, Ruy C. **Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e terras Devolutas**. 2^a. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1954.
- MOTT, Luiz R.B. **Piauí Colonial; População, Economia e Sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.
- NUNES, Odilon. **Estudos de História do Piauí**. 2^a ed. Teresina: COMEPI, 1983.
- _____. **Pesquisas para a História do Piauí**. Teresina: Ed. Artenova, 1971.
- PORTO, Carlos E. **Roteiro do Piauí**. Teresina: Ed. Artenova, 1974.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SOBRINHO, Barbosa de L. História de uma Sesmaria e suas Aventuras. São Paulo, **Revista de História**, Vol. LV, n° 110, abr./jun, 1977.
- SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Melhoramentos, 1938.